

ATA DA 19ª REUNIÃO PLENÁRIA DO XV PLENÁRIO DO CFP

Data: 24 de fevereiro de 2012 – Sexta-Feira.

Duração: das 14h40 às 20h06

- 1 – Pontos Financeiros
- 2 – Convite para composição do Comitê Nacional de Saúde para População em Situação de Rua.
- 3 – Regimento Interno da APAF.
- 4 – Escala Hare.
- 5 – Avaliação do Teste Psicológico.
- 6 – Avaliação de Instrumento para Saber se é Teste Psicológico.
- 7 – PMK.
- 8 – Regimento Interno do CRP 01.
- 9 – Medicalização da Educação e da Sociedade.
- 10 – CREPOP.
- 11 – II Mostra Nacional de Práticas em Psicologia.
- 12 – Eventos previstos no planejamento estratégico para 2012.
- 13 – BVS-PSI.

DIRETORIA:

1. Humberto Cota Verona - Presidente
2. Clara Goldman – Vice-presidenta
3. Monalisa Barros – Tesoureira
4. Deise Nascimento – Secretária

CONSELHEIROS (AS):

5. Ana Paula Porto Noronha
6. Celso Francisco Tondin
7. Flávia Cristina S. Lemos
8. Heloiza Helena M. A. Massanaro
9. Maria Ermínia Ciliberti
10. Marilda Castelar
11. Marilene Proença R. de Souza
12. Tânia Suely A. Brasileiro
13. Sandra Maria F. Amorim
14. Márcia Mansur Saadallah

AUSENTES:

1. Aluizio Lopes Brito
2. Ana Luiza de S. Castro
3. Ângela Maria P. Caniato
4. Henrique J. L. Ferreira Rodrigues
5. Adriana Eiko
6. Cynthia R. C. Araújo Ciarallo
7. Roseli Goffman

O presidente Humberto Verona saudou a todos e abriu a 19ª Reunião Plenária sugerindo iniciar pelo ponto financeiro. Informou que os conselheiros e

conselheiras Ana Luiza Castro, Adriana Eiko, Ângela Caniato, Henrique Rodrigues, Aluizio Brito, Cynthia Ciarallo e Roseli Goffman justificaram as ausências.

PONTOS FINANCEIROS. A conselheira tesoureira Monalisa Barros apresentou a prestação de contas do exercício de 2010 dos CRPs 11, 12, 13 e 15. Disse que os auditores deram um parecer favorável para todos os CRPs. Leu o resumo do parecer e propôs aprovação para os 4 CRPs. O plenário aprovou por unanimidade a prestação de contas dos 4 CRPs.

Informou que foram encaminhados auditores para averiguar a situação dos CRPs 02 e 03 e que está sendo providenciado um curso de capacitação para os tesoureiros do Sistema Conselhos.

CONVITE PARA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ NACIONAL DE SAÚDE PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA. Humberto Verona informou que o CFP recebeu um convite do Comitê Nacional de Saúde para População em situação de Rua para indicação de uma representação do CFP para composição deste Comitê. Leu a resposta do CFP para o convite, encaminhada por meio do ofício 0222-12, em anexo. Disse que há necessidade de indicar um representante para este Comitê que acompanhará toda a discussão política sobre o tema.

A conselheira Monalisa lembrou que população de rua é o tema único de pesquisado CREPOP para este ano, portanto o CFP terá subsídios para contribuir com esta discussão.

A conselheira Maria Ermínia sugeriu não ser conselheiro deste plenário, mas alguém que tenha proximidade política com as ideias do CFP e que tenha militância ativa neste campo.

O conselheiro Celso Tondin ponderou que a pessoa indicada precisa estar vinculada a um conselheiro de referência que faça ponte com o plenário.

Humberto Verona disse que esta pessoa indicada poderá ser convidada a participar também do grupo da saúde.

Por ser a conselheira representante do CFP no CNS, foi decidido que a conselheira de referência será Maria Ermínia Ciliberti, para acompanhar o tema e houve a indicação do nome da Lúcia Toledo para compor tal Comitê.

REGIMENTO INTERNO DA APAF. Humberto Verona explicou que o objetivo deste ponto é aprovar as alterações propostas na APAF de dezembro de 2011 para o regimento interno da APAF.

A conselheira Deise Nascimento relatou que na APAF de maio de 2011 foi solicitada a revisão do Regimento Interno da APAF e na APAF de dezembro de 2011, foi revisto e propostas algumas alterações. Falou que as alterações se referem pontualmente a questão da transformação do observador em suplente, desaparecendo a figura do observador. Ressaltou que mesmo com a mudança sugerida, o tamanho das delegações não será alterado. Leu os artigos 3º, 4º e 5º do Regimento que trata das alterações.

O presidente Humberto Verona colocou em votação e por unanimidade as alterações propostas foram aprovadas.

A conselheira Maria Ermínia solicitou à diretoria pautar para uma próxima plenária e para que o plenário pudesse avaliar a possibilidade de transmissão online das APAFs, visando comprometer o coletivo do Sistema Conselhos com os debates e garantir total transparência em relação às ações.

O plenário apoiou a ideia, considerando uma estratégia importante e foi decidido que a partir de maio de 2012, as APAFs serão transmitidas online.

Humberto Verona disse que é necessário comunicar esta decisão aos CRPs. Informar no ofício de envio de materiais para a APAF de maio de 2012, que as APAFs serão transmitidas online, atendendo o quesito de transparência para com a categoria e a sociedade.

O conselheiro Celso Tondin sugeriu acrescentar que o CFP está atendendo ao princípio da transparência, publicização e democratização.

A conselheira Deise informou ainda que foi decidido na reunião de diretoria que só serão aprovados para a pauta das APAFs os pontos que vierem com subsídios, para que todas as plenárias dos CRPs possam se preparar previamente para a discussão. Fica decidido que os conselheiros responsáveis por pontos da APAF (coordenação de GTs) devem providenciar em tempo hábil os subsídios para a composição da pasta da APAF.

ESCALA HARE. Humberto Verona lembrou que na APAF de dezembro de 2011 foi proposto alterações da resolução 002/2003, as quais este plenário precisa apreciar.

A conselheira Ana Paula Noronha informou que a Comissão Consultiva de Avaliação Psicológica (CCAP) recebeu a tarefa de analisar as alterações propostas pela APAF e providenciou um parecer contendo considerações e sugestões, o qual foi lido e anexado a este documento. Ressaltou que a CCAP discutiu sobre uma deliberação de APAF.

Houve discussão e esclarecimentos a respeito das sugestões da CCAP. Em relação a proposta de exclusão do item 20-B, o plenário decidiu pela

manutenção, conforme foi aprovado pela APAF. Também foram mantidos os três incisos do artigo 1º.

Foi discutida e aprovada a inclusão do anexo da resolução CFP nº 002/2003 e a seguinte alteração no texto do artigo 1º: *Para que possam ser reconhecidos como testes psicológicos em condições de uso deverão atender aos requisitos técnicos e científicos, definidos no anexo da Resolução CFP nº 002/2003, e aos seguintes requisitos éticos e de defesa dos direitos humanos.*

O plenário discutiu ainda e aprovou o termo *determinantes socioeconômicos* no texto do inciso III do artigo 1º.

No artigo 20-C, foi acordado alterar o termo *modelos de família* (proposto pela APAF) por *configurações familiares*.

Após discussão, esclarecimentos, alterações e correções da redação do texto, a minuta da resolução, em anexo, foi aprovada por unanimidade.

AVALIAÇÃO DE TESTE PSICOLÓGICO: A conselheira Ana Pula apresentou o **Teste Não-Verbal de Inteligência – SON – R21/2-7(A), proposta para avaliação de crianças.** Explicou que este teste foi avaliado por um parecerista que não o recomendou com a justificativa da falta de um exemplo de estudo de caso. Após passar pela relatoria da CCAP, o teste foi aprovado, mas com a solicitação de inclusão de um estudo de caso, a fim de facilitar a compreensão dos psicólogos a respeito da interpretação do instrumento. Os autores atenderam a solicitação, a CCAP avaliou novamente e recomendou o instrumento favorável para uso profissional. A conselheira apresentou os critérios de avaliação utilizados pela CCAP.

Após explanação, o plenário aprovou o parecer favorável da CCAP com quatro abstenções: conselheiras Tânia Brasileiro, Maria Ermínia, Marilene Proença e Flávia Lemos.

AVALIAÇÃO DE INSTRUMENTO PARA SABER SE É TESTE PSICOLOGICO: PFISTER. A conselheira Ana Paula relatou que, foi encaminhado à Comissão Consultiva anterior um material encadernado e solicitada uma avaliação para saber se o material se tratava de um teste psicológico ou de um livro. A comissão avaliou como sendo um livro a respeito do PFISTER, pois para ser teste psicológico deveria ter um sistema interpretativo. Tempos depois, a Comissão recebeu a denúncia de que esse material estava publicado de maneira diferente ao que foi avaliado, ou seja, possuía um sistema interpretativo e, além disso, e para além do CFP, teve também uma denúncia de plágio, o qual teve um processo na justiça comum. Diante dessa denúncia a Comissão analisou o material e entendeu que se trata de um teste psicológico, porém ainda não foi aprovado e recomendado para

uso profissional. A conselheira leu a opinião da CCAP: "É teste psicológico porque ensina aplicar, analisar e interpretar o teste das pirâmides coloridas de PFISTER". Explicou que o livro (plágio) foi considerado pela CCAP como um novo material intimamente vinculado ao teste e, portanto não pode ser comercializado ao público, apenas para psicólogos. Disse que a comissão não avalia se é plágio ou não, sendo esta uma tarefa da Justiça Comum.

Foi mostrada a página do SATEPSI, a qual apresenta o status do teste.

O Plenário avaliou e aprovou o parecer da CCAP que considerou o livro "A Técnica de PFISTER" instrumento como teste psicológico, mas sem condição de uso profissional. Houve três abstenções (Conselheiras Tânia Brasileiro, Maria Ermínia e Flávia Lemos).

A conselheira Monalisa Barros relatou que na última reunião da Diretoria foi decidido, com orientação do assessor jurídico do CFP, que o procedimento burocrático de análise dos testes e de outros pareceres obedecerá ao processo administrativo. Explicou como é o processo de avaliação de testes psicológicos até o momento e como será a partir desta data. Disse que a proposta é que os processos de avaliação de testes psicológicos sejam distribuídos entre os conselheiros, assim como se faz com os processos éticos, para que cada um avalie as informações e apresente o parecer em plenária; tudo isso, visando uma organização institucional da tramitação de todos os documentos oficiais e um controle interno do CFP como um todo.

Humberto Verona comentou que já houve a sugestão, em uma das primeiras reuniões plenárias desta gestão, para que os testes psicológicos fossem encaminhados previamente aos conselheiros para uma análise detalhada de todo o parecer e assim, ter condições de expressar opinião, votar e aprovar os instrumentos psicológicos com maior segurança. Disse que essa decisão não foi efetivada e sugeriu que ela fosse cumprida, bem como, que a pauta fosse disponibilizada antes da plenária, com os documentos referentes, em tempo hábil para que os conselheiros possam construir uma análise mais consistente, se preparar e ter subsídios para a discussão e votação.

Encaminhamento:

- Alterações nos procedimentos: os processos de avaliação de testes psicológico, a partir desta data, seguem os ritos dos demais processos administrativos do CFP, desde a abertura até a finalização. No procedimento de submissão ao plenário os processos terão um conselheiro relator.

PMK – Humberto Verona informou que ainda não foi possível publicar a suspensão do PMK. Explicou que no momento em que faltava apenas receber

o aviso de recebimento (AR) da Editora Vetor, comprovando que ela recebeu a resposta ao recurso, chegou ao CFP uma ação judicial da Editora pedindo o direito de usar o teste conforme o manual de 2001, considerado, pelo CFP, favorável para uso profissional. Isso se deu porque equivocadamente o CFP enviou um ofício para a Editora dizendo que o manual de 2001 estava suspenso juntamente com o de 2009. Disse que este erro de encaminhamento de tal documento gerou um atraso e até este momento, oficialmente o PMK não pode ser suspenso. O presidente informou ainda que a Editora reivindicou na justiça o direito de responder também ao recurso referente ao PMK 2001. Neste momento, este recurso está sendo avaliado pela CCAP e enquanto a Comissão não responder ao recurso sobre o manual do PMK 2001, o CFP não poderá fazer nada. Informou que no dia 06 de fevereiro de 2012, foi enviada para todos os conselheiros um documento com uma explicação dada pelo Assessor Jurídico do CFP a respeito dessa ação.

A conselheira Clara Goldman propôs que seja solicitada a COTEC e a ASJUR, com a colaboração da conselheira Ana Paula, uma cronologia sobre todos os fatos e acontecimentos referentes ao PMK e que seja encaminhada a todos os conselheiros, para que estes possam ter ciência do andamento do processo, se instrumentalizar e ter condições de responder aos profissionais quando questionados a respeito do assunto. Considerou necessário unificar as informações, organizar melhor e em todos os níveis o processo de comunicação dentro do CFP, inclusive do ponto de vista da inclusão dos responsáveis pela área. O conselheiro federal deve oferecer esclarecimentos a toda a categoria.

A conselheira Maria Ermínia reforçou a necessidade de melhorar o sistema de comunicação. Disse que deveria ser uma rotina e um processo automático e imediato de transmissão de informação, principalmente para as pessoas que estão envolvidas na área em questão. Os conselheiros precisam ter tranquilidade e clareza em relação aos interesses e poderes econômicos com que estão lidando.

A conselheira Ana Paula informou que o histórico já foi feito pela COTEC e já foi encaminhado a ASJUR para um posicionamento. Informou ainda que já foi escolhido um relator para analisar e responder o recurso da Editora Vetor. A conselheira questionou sobre a divulgação das notas técnicas, pois há conselheiros regionais perguntando por elas. Expôs também preocupação em relação às pessoas e entidades pelas quais o CFP fez reunião para tratar da suspensão do teste, (DENATRAN, DETRANs, Polícia Federal e outras), pois estas estão cobrando a nota. Considerou necessário dar uma satisfação.

Humberto Verona consultou o plenário, dizendo que a diretoria é a favor de esperar a suspensão oficial do teste, para somente depois publicar as notas.

Disse ainda que a Editora Vetor informou que está agilizando as mudanças que foram sugeridas pela CCAP para a validação do teste e solicitou um prazo ao CFP para suspensão do PMK. Foi entendido na plenária telefônica que o prazo seria rejeitado e as notas técnicas seriam divulgadas, porém a situação mudou com a entrada da ação judicial do PMK 2001.

A conselheira Deise Nascimento informou que na plenária telefônica houve a sugestão de fazer uma nota técnica ressaltando e valorizando os processos de avaliação de teste e a história do SATEPSI, mas não dando visibilidade ao PMK, que talvez pudesse repercutir de forma negativa. Sugeriu então, pensar em uma nota técnica para atender a essas pessoas e entidades da sociedade nessa perspectiva.

A conselheira Marilda Castelar sugeriu que o histórico do PMK fosse incluído nesta nota.

A conselheira Clara Goldman opinou no sentido de que o CFP deve se posicionar dizendo que está cumprindo um rito de avaliação, a legalidade do processo e tem como objetivo preservar o interesse da sociedade. Mesmo que o teste ainda esteja *sob judice*, considerou necessário encaminhar uma nota técnica para as entidades expondo a situação. Propôs fazer um documento padrão esclarecendo a sociedade sobre o que está acontecendo e divulgar no site.

Humberto fez a leitura do histórico do PMK, em anexo. Houve discussão e esclarecimentos.

A conselheira Monalisa explicou que o erro foi administrativo, na redação do ofício e gerou todo o problema, pois tratou os manuais de 2001 e 2009 como se fossem dois testes. A Editora Vetor, por meio desse erro, reivindicou o direito de continuar comercializando o teste de 2001, com a justificativa de que este estaria valendo. A CCAP então esclareceu que não existem dois testes e sim um teste com dois manuais. Disse que, segundo o assessor jurídico, não haveria problema se tivesse desde o primeiro momento um processo único.

Humberto Verona esclareceu que neste momento, o CFP tem um recurso que foi entregue pela Editora Vetor dentro do prazo obtido pela justiça, por meio de uma liminar e o CFP precisa responder. Pediu que o recurso fosse respondido o mais rapidamente possível pela CCAP, para que a decisão possa ser publicizada. Definiu que o incômodo gerado é em função de existir um teste com parecer desfavorável, votado por este plenário e que não pode ser publicizado, embora já tenha duas notas técnicas redigidas, o CFP não pode fazer nada oficialmente.

A conselheira Ana Paula assumiu junto com a COTEC o erro do ofício.

Após discussão e esclarecimentos o plenário chegou aos seguintes encaminhamentos:

- COTEC, ASJUR e conselheira Ana Paula serão responsáveis por fazer um histórico para o plenário esclarecendo todas as etapas sobre o teste PMK, e enviar a todos os Conselheiros.
- Elaborar uma nota técnica para atender as necessidades das entidades que pautaram questões referentes à questão, incorporando partes do histórico.
- Elaborar uma carta para as entidades as quais o CFP ficou de enviar a nota.
- A CCAP deverá elaborar a resposta ao Ofício da Editora Vetor, o mais rápido possível, para ser enviada à Editora e publicizada.

REGIMENTO INTERNO DO CRP 01. A conselheira Deise Nascimento relatou que o CRP 01 fez alterações no próprio regimento interno e o encaminhou para submissão da assessoria jurídica e administrativa do CFP. O assessor jurídico fez algumas observações em relação às sugestões de alterações, as quais o CRP 01 acatou com exceção de uma, que diz respeito aos critérios para ocorrer vacância por perda de mandato de conselheiro efetivo. Segundo informação do assessor jurídico, não é relevante constar este dado no regimento, pois está explícito no decreto 79.822/1977, sendo possível aprovação sem essa informação.

Humberto Verona avaliou que esta alteração foi necessária porque o CRP 01 perdeu seções, que foram transformadas no CRP 20.

Não houve dúvidas e o presidente colocou em votação. O novo Regimento do CRP 01 foi aprovado por unanimidade.

MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA SOCIEDADE. Foi retirado da pauta pela conselheira Marilene Proença.

A conselheira Maria Ermínia solicitou que quando o tema voltar para a pauta, deve ser incluída a questão da dislexia. Justificou a solicitação explicando que há certa confusão de duas discussões: medicalização e dislexia. Disse que é necessário separar o que é o debate amplo da medicalização e o que são as várias leituras sobre a dislexia. Ponderou que há diferenças a serem contempladas entre a área escolar e a área da saúde e considerou a possibilidade de chegar ao consenso de construir uma posição garantindo a diversidade de opiniões dentro da psicologia, bem como o respeito e a autonomia às outras profissões.

A conselheira Clara Goldman propôs incluir os outros supostos transtornos, pelos quais a medicalização também tem interface.

O conselheiro Celso Tondin disse que é necessário ter subsídios para promover uma melhor discussão e deixar claro porque o DSM-V está sendo pautado junto com medicalização. Sugeriu indicar uma pessoa de referência para produzir esses subsídios.

A conselheira Maria Ermínia informou que, conforme possibilidade apontada pelo planejamento estratégico, haverá um debate online de Assistência Farmacêutica na Saúde da Mulher e na Saúde Mental no dia 11 de maio de 2012, com o entendimento de que é possível ampliar o debate da medicalização para a questão saúde da mulher e que na próxima plenária apresentará mais detalhes.

O plenário decidiu encaminhar o tema para próxima plenária, dando a diferenciação para cada ponto e com os seguintes encaminhamentos:

- Pautar para a próxima plenária acrescentando ao ponto discussão sobre a Dislexia.
- A conselheira Maria Ermínia providenciará uma contextualização sobre dislexia.
- O conselheiro Celso Tondin providenciará uma contextualização sobre medicalização.
- A conselheira Marilene Proença providenciará uma contextualização sobre DSM V.
- Dia 11/05/2012 haverá o debate online de Assistência Farmacêutica na Saúde da Mulher e na Saúde Mental (Ação do Planejamento Estratégico).

CREPOP. O conselheiro Celso Tondin apresentou as informações sobre o CREPOP – fevereiro de 2012, conforme documento anexo. Informou que foi realizada a seleção para o cargo de assessor técnico do CREPOP, vago com a saída do Mateus de Castro Castellucci em novembro de 2011. Disse que houve uma ampla divulgação e apareceram 209 currículos de vários locais do país com preponderância de Minas Gerais e São Paulo. Relatou sobre o processo de seleção e sobre o perfil e currículo da candidata indicada, Cibele Cristina Tavares de Oliveira, recifense, 27 anos, cientista social, formada há 2 anos, mas com grande experiência em movimentos sociais, está terminando uma especialização em psicologia e direitos humanos e tem conhecimento na área de pesquisa. O conselheiro submeteu a plenária para aprovação desta indicação, a qual foi aprovada por unanimidade.

Em relação às consultas públicas, o conselheiro informou que o CREPOP está acompanhando a consulta pública da Mulher, prorrogada até 15 de março para que ela se estenda para além do dia Internacional da Mulher e também devido a realização de um debate online. Lembrou que foi decidido no planejamento estratégico que todo documento a ser colocado em consulta pública deveria ser submetido a um debate online. Informou também que a pesquisa do Sistema Prisional foi lançada dia 26 de janeiro de 2012 e fica no ar até 15 de março. Constatou-se que para esta pesquisa houve poucas contribuições dos conselhos regionais, embora esteja acima da média de downloads e uploads. Após esta constatação foi feito contato com os conselhos regionais e estes passaram a se mobilizar, inclusive o CRP 06 marcou uma reunião de mobilização para o dia 28 de março deste ano para discussão do documento de referência. Disse que é necessário incentivar os conselhos regionais a discutirem esses documentos, pois estes devem ser documentos de gestão e que devem ser utilizados no diálogo com os profissionais daquela determinada política. Ressaltou que os documentos de referência que estão em consulta pública são instrumentos de contato da gestão com a realidade dos profissionais.

Disse que é necessário fazer um calendário de todos os eventos, não somente do CREPOP, mas de todo o CFP, bem como o fluxo das atividades a fim de que não haja competição de eventos, nem sobrecarga nos setores de trabalho do CFP e que haja tempo hábil para organização e mobilização. Ponderou que a ideia do debate online é além de qualificar a discussão do documento, é também chamar a categoria e dar visibilidade política.

A assessora técnica do CREPOP Natasha explicou que no planejamento do CREPOP constam 13 consultas públicas planejadas até antes de setembro deste ano, com a possibilidade de duas ou três por mês e algumas precisarão de debate online.

Humberto Verona pediu para organizar o calendário e de todas as outras atividades do CREPOP e disponibilizar para os conselheiros.

O conselheiro Celso informou que internamente o CREPOP já fez a distribuição para que os eventos não se acumulem e para que eles tenham visibilidade. Demonstrou preocupação em não ter tempo hábil para divulgar e mobilizar as pessoas para os debates online.

O presidente pediu ao NAPG e à ASCOM organizar e disponibilizar no site, na página inicial, o calendário de todos os eventos do CFP para o ano de 2012, para que todos possam se programar, tanto os conselhos regionais quanto as instituições formadoras e todos os interessados em acompanhar os eventos.

O conselheiro Celso Tondin sugeriu encaminhar o calendário para ABEP fazer a divulgação também, pois esta associação é muito acessada pelas universidades. O conselheiro informou que o CREPOP está assessorando dois GTs: GT de Política Indutora da Utilização Científica e Acadêmica dos Dados Coletados das Pesquisas do CREPOP e GT de Práticas Inovadoras do CREPOP. Em relação ao primeiro, consultou o plenário sobre o que o CFP quer levar para este GT.

A conselheira Tânia Brasileiro propôs fazer um link direto dessas produções com a Capes, CNPQ, MEC, e outras instituições das quais cientistas, professores e pesquisadores possam acessar. Considerou que esta é uma forma de dar transparência não só para psicólogos, mas para todos os profissionais que compartilham os mesmos espaços dentro das políticas públicas.

Monalisa explicou que o CREPOP tem dados coletados nas pesquisas, os quais são divulgados os resultados brutos no próprio site e tem pessoas que já usam esses dados e já produzem trabalhos sem que existam critérios de como divulgar esses dados. Disse que esta é uma questão que implica uma série de problemas, inclusive problemas éticos. Informou que foi definido no Seminário que o CREPOP quer ter uma política indutora, mas para isso é necessário criar critérios. Para esta tarefa foi criado o GT que deverá ser referendado por este plenário. A ideia é que o GT seja coordenado pelo conselheiro Celso e que se reúna em uma reunião telefônica com as pessoas dos CRPs envolvidas com o CREPOP, para construir uma proposta a ser apresentada na APAF de maio de 2012. Considerou que esta discussão precisa ser feita no CREPOP e não no plenário, pois há questões bastante específicas a respeito do uso dos dados.

Foi acordado que Celso Tondin será o conselheiro de referência no CREPOP e que todos os conselheiros deverão enviar sugestões para criação desses critérios.

A conselheira Maria Ermínia lembrou que apesar de todas as resistências que sofreu, o CREPOP avançou porque falava de práticas profissionais. Manifestou preocupação de que o CREPOP comece a se desvirtuar e a se enquadrar dentro daquilo de que ele não é e não conseguir chegar aos gestores, que é prioritário neste momento. É necessário pensar onde colocar o foco, deixar claro as formas das questões, encontrar espaços de encontro. Disse que a grande expectativa é levar o CREPOP para a população.

A conselheira Monalisa Barros esclareceu que a política indutora não tomará tempo do CREPOP. Ele continuará fazendo o que sempre fez, pesquisas sobre a prática, trabalhos com os gestores e os profissionais, porém

o CREPOP possui dados que são solicitados e não há critérios nacionais para cedê-los. Disse que não couberam no planejamento estratégico do CREPOP para 2012 as publicações voltadas para o usuário.

O conselheiro Celso relatou que a metodologia do CREPOP está bem estruturada e que não corre o risco de criar amarras burocráticas no processo de pesquisa. Explicou que o GT de Práticas Inovadoras do CREPOP é um GT interno da rede CREPOP, formado no Seminário Nacional do CREPOP de 2011, por Conselheiros responsáveis pelo CREPOP e pesquisadores da Rede, com intuito de definir e consensuar o conceito de "inovador" utilizado no CREPOP. Este GT já fez uma reunião e é necessário discutir o que é inovador, para depois publicar uma prática que se diz inovadora. O conselheiro leu as informações referentes as comissões e disse que a conselheira Monalisa Barros está recebendo indicação de nomes para a Comissão Hospitalar, pois recebeu apenas duas indicações do CRP 12, lembrando que são 4 especialistas, sendo um para cada eixo e mais um conselheiro para coordenação de cada comissão. O conselheiro pediu para verificar as indicações do CRP 12: Cida Crepaldi e Carmen Moré.

O plenário sugeriu os seguintes nomes: Elaine Zanola (presidente da SBPH), Mariza Ducati (MG), Mônica Giacomini (SP). O CFP vai pedir sugestão para Anice Holanda.

Celso Tondin informou que a Comissão de Atenção Básica a Saúde é a única que trabalha com um especialista contratado, no caso Magda Dimenstein, que está em compromisso fora do país durante o primeiro semestre, sendo que o trabalho será desenvolvido no segundo semestre.

A conselheira Monalisa explicou que Magda Dimenstein não é a única contratada e que eram contratados jornalistas, mas neste caso, não cabia a um jornalista fazer referência técnica para psicólogos. Como esta referência foi construída por quatro pessoas que não têm mais vinculação com o CREPOP, foi decidido contratar uma pessoa que não fosse jornalista. Disse que o CREPOP tem um contrato com a Fundação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte o qual tem um adendo para que essa pessoa fizesse a sistematização apenas para esta referência. Portanto, esta é uma questão específica, feito dessa maneira para não perder o trabalho, mas que não se repetirá. Informou que a sistematização é um trabalho *ad hoc* gratuito e voluntário.

O conselheiro Celso Tondin ressaltou que esta foi a melhor solução possível para um problema complicado encontrado no início desta gestão. Falou ainda sobre a atualização do site do CREPOP e sobre o documento para gestores do SUAS. Fez um reconhecimento à conselheira Márcia Mansur pela



elaboração deste documento, o qual teve um grande impacto e considerou que ele deva ser colocado na versão online constando o plenário responsável e o nome de quem produziu.

A conselheira Márcia Mansur informou que além de divulgar o documento na Conferência Nacional de Assistência Social, levou também para a plenária do CNAS, ocasião em que foi organizado o Encontro Nacional do CONGEMAS – Colegiado dos Gestores Municipais da Assistência Social, entre os dias 21 e 23 de março de 2012, em Fortaleza-CE. Informou que o CFP conseguiu um stand neste Encontro, para divulgar o trabalho aos gestores.

O conselheiro Celso apresentou o plano de trabalho do CREPOP, em anexo e disse que ele envolve todos os conselheiros.

Encaminhamentos:

- Aprovada a contratação da candidata Cibele Cristina Tavares de Oliveira para o cargo de Assessora de Projetos Especiais do CREPOP.
- NAPG enviará para os conselheiros o calendário de eventos do CFP em 2012 incluindo os 13 debates online do CREPOP.
- Ascom e NAPG cuidarão desse calendário para divulgá-lo no site POL.
- Criar um fluxo para os conselheiros entenderem os prazos e etapas necessárias para organização de eventos e debates online (quanto tempo de antecedência para fazer os convites).
- O Conselheiro Celso será o responsável pelo GT de Política Indutora do CREPOP.
- Os conselheiros deverão enviar contribuições sobre critérios éticos para uma política de utilização dos dados brutos do CREPOP ao conselheiro Celso.
- Para a Comissão de Hospitalar a Conselheira Monalisa Barros ainda está recebendo indicação de nomes para Comissão; Indicações: Elaine Zanola (Presidente da SBPH), Mariza Ducati (MG), Mônica Giacomini. Contatar Anice Holanda para solicitar sugestão. Verificar as duas indicações do CRP-12 Cida Crepaldi e Carmen Moré.
- Documento para Gestores do SUAS – acrescentar o nome da conselheira Márcia Mansur na divulgação do site.
- Reenviar para o email de todos os Conselheiros o Plano de Trabalho do CREPOP/2012.

II MOSTRA NACIONAL DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA. A conselheira Monalisa Barros apresentou algumas informações sobre a II Mostra, falou sobre os números de inscrições, trabalhos, pareceristas e mobilização, conforme documento anexo. Informou que é necessário mais pareceristas e pediu sugestões de nomes ao plenário. Disse que foi feita uma

reunião no dia 13 de fevereiro com todos os conselhos regionais para avaliar a mobilização e lá, decidiram que a semana do dia 5 ao dia 9 de março será a semana de mobilização para a Mostra. Pediu engajamento de todo o plenário nessa semana e informou que todos os CRPs, bem como cada conselheiro federal receberá em casa um kit mobilização. A conselheira mostrou os cartazes da Mostra para cada região do país e o jornal da Mostra, que irá como encarte do Jornal do Federal. Falou sobre a lista de nomes indicados para serem homenageados e sobre a agenda.

Monalisa reforçou o pedido aos conselheiros para que engajem na campanha de mobilização em seus estados, prioritariamente na semana de mobilização e não somente para as pessoas se inscreverem na Mostra, mas também inscreverem trabalhos.

A conselheira informou que foi produzido o vídeo do Bem Comum, durante o Fórum Social Mundial e que ele já está disponível e fará parte do boletim. Informou também que os convites já foram encaminhados aos convidados, o projeto de arquitetura da Mostra será apresentado na reunião de Curadoria dia 28 de fevereiro e as rodas de conversas já tiveram os temas definidos. **CONGRESSO DA ORDEM DOS PSICÓLOGOS PORTUGUESES:** Conselheira informou sobre a agenda e o roteiro de viagem para os países de língua portuguesa, o qual precisa ser feito para diminuir custo e tempo da viagem. Sugeriu que Johannesburgo seja dia 08.04 e Moçambique 10 ou 11/04. Monalisa disse que a ideia é que durante o período do Congresso da Ordem dos Psicólogos Portugueses, haja uma cerimônia de assinatura do convênio Brasil, Portugal e Brasil, países da África que acontecerá na Embaixada Brasileira. Informou que o CFP trará duas pessoas de cada um desses países para a Mostra custeados pela Secretária Nacional Anti Drogas (SENAD), as quais serão portadores dos trabalhos produzidos pelos países de língua portuguesa.

A conselheira Maria Ermínia comentou que o boletim não ficou bom para ser retransmitido para as redes de e-groups, porque a imagem desaparece. Considerou necessário um material que ao retransmitir de e-mail para e-mail sem a sofisticação, não suma a imagem. Falou de ser um arquivo em PDF, mas que vá aberta a imagem e a chamada da Mostra. Opinou também no sentido de que o texto deva ser mais dirigido para os profissionais de cada área específica, pois muitos segmentos ainda não entenderam. Sugeriu fazer um texto básico e ir alterando ao ser encaminhado para cada rede específica.

A conselheira Monalisa informou que o site da Mostra está em ritmo acelerado, já foi visitado por dez mil pessoas, com uma média de 2.500 visitas semanais, sendo 74,74 de novos visitantes, totalizando em um mês 54.069

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Handwritten signature]

visualizações de páginas do site. Comparando com o mês anterior, o site cresceu 56% em número de visitas.

A conselheira Heloiza Massanaro comentou que a Mostra não é um evento simples, sendo fundamental uma boa compreensão sobre ela para realizar a divulgação. Disse que fará a divulgação no encontro agendado com o grupo da saúde; 250 psicólogos das secretarias municipal e estadual de Goiás.

Monalisa Barros questionou sobre como fazer uma divulgação mais simpática e clara como foi na 1ª Mostra.

A conselheira Maria Ermínia sugeriu fazer uma chamada de fato, sem muita inibição, mais próxima das pessoas. Disse que as pessoas precisam entender a dimensão desse evento, que ele é diferente e não confundir com um congresso. Colocar chamadas nas redes de e-groups específicos.

A conselheira Heloiza Massanaro considerou interessante motivar a participação de grupos.

A conselheira Tânia Brasileiro sugeriu fazer uma chamada dando ênfase para as experiências multiprofissionais.

Após discussão o plenário acordou os seguintes encaminhamentos:

- Os Conselheiros deverão enviar à Conselheira Monalisa indicação de Pareceristas para a II Mostra.
- Os conselheiros deverão participar da mobilização nacional.
- Fazer boletins sobre a mostra e enviar aos conselheiros até dia 03/03.

EVENTOS PREVISTOS NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA 2012. Humberto Verona disse que o CFP tem um calendário de eventos até dezembro de 2012. Mostrou o calendário, dizendo que ele oferece a dimensão das atividades que cada conselheiro tem por mês. Pediu para o plenário apreciá-lo com calma, em outro momento, para que seja discutido e avaliado na reunião de amanhã dia 25/02, junto com o planejamento estratégico.

A conselheira Deise Nascimento lembrou que foi encaminhada uma lista de temática para todos os conselheiros para que cada um pudesse se manifestar em relação ao que gostaria de participar. Disse que a lista não está completa, ela foi feita com algumas ideias dentro do planejamento estratégico e que os conselheiros precisam verificar o que é preciso acrescentar e depois fazer uma reorganização.

A conselheira Marilda Castelar considerou importante indicar os temas por ordem de prioridade.

(Handwritten signatures and initials on the right margin)

(Handwritten signature)

Humberto Verona esclareceu que a melhor forma de funcionar é ter um conselheiro de referência para cada temática, mas que este pode chamar outras pessoas para colaborar. Foi decidido no planejamento estratégico que os temas ficariam mais flexibilizados e não ficariam fechados em bloco e que todos teriam a visão do conjunto.

Informe: A conselheira Monalisa Barros informou que a nota de repúdio do CFP a fala do presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM) foi publicada no site do CFP dia 23/02.

BVS – PSI. A conselheira Ana Paula Noronha disse que houve uma demanda para a BVS-PSI montar um planejamento para participação em eventos e para que as ações não sejam isoladas, porém colocou que uma das dificuldades é que as entidades do FENPB não têm compartilhado as datas dos congressos e tão pouco tem convidado a BVS-PSI. Informou que há três encontros previstos para a participação da BVS-PSI: ULAPSI, ANPEP e a II Mostra.

Para a ULAPSI foi decidido não fazer mesa e sim *stands* e um trabalho de capacitação. Também foi pensado em uma reunião com todas as BVSS presentes na ULAPSI. A participação na II Mostra ainda não foi definida.

A conselheira disse que de todas as estações BVS, a única efetivamente em funcionamento é a da Bahia. Falou da necessidade de reestruturar as BVSS-Psi e pediu para este plenário ajudar a pensar em possibilidade de aproveitar melhor esses espaços.

O presidente Humberto Verona considerou importante fazer um chamado para que todos os CRPs cuidem de suas BVS e aqueles que não têm ainda, criar mecanismos para montar. Disse também que existe a proposta de divulgar a BVS-PSI no Congresso dos Psicólogos de Língua Portuguesa.

Como encaminhamento foi decidido o seguinte:

- Pautar para Reunião Telefônica de Presidentes do dia 27/02 a discussão sobre as Estações da BVS-Psi (avaliação e expansão).
- Pautar BVS Psi para a Reunião do FENPB de março.
- Combinar a participação na II Mostra, na ULAPSI e no Congresso da Ordem dos Psicólogos Portugueses.

O presidente Humberto Verona encerrou a reunião às 20h06. Nada mais havendo a tratar, eu, conselheira secretária Deise Maria do Nascimento, lavrei a presente ata, a qual foi lida e assinada por todos os presentes acima

2

UPB

OR

CR

SMF

SMF

sup

nomeados Pinheiro e referenciados.

1. Humberto Cota Verona Pinheiro
2. Clara Goldman Ribemboim Clara J. Ribemboim
3. Monalisa Nascimento dos Santos Barros Monalisa
4. Deise Maria do Nascimento Pinheiro
5. Heloiza H. M. Almeida Massanaro Massanaro
6. Marilene Proença Rebello de Souza Marilene / Rebello de Souza
7. Ana Paula Porto Noronha Porto Noronha
8. Maria Ermínia Ciliberti Maria Ermínia Ciliberti
9. Tânia Suely Azevedo Brasileiro _____
10. Marilda Castelar Castelar
11. Celso Francisco Tondin Tondin
12. Márcia Mansur Saadallah Marcia Saadallah
13. Flávia Cristina Silveira Lemos Lemos
14. Sandra Maria Francisco de Amorim Sandra Maria Francisco de Amorim

ATA DA 19ª REUNIÃO PLENÁRIA DO XV PLENÁRIO DO CFP	
Data: 25 de fevereiro de 2012 – Sexta-Feira.	Duração: das 9h45 às 17h10
<p>1 – Eventos previstos no Planejamento Estratégico para 2012.</p> <p>2 - Duas demandas de respostas pública do CFP.</p> <p>3 – Credenciamento e Recredenciamento de Cursos de Especialização.</p> <p>4 – Distribuição de Processos Éticos.</p> <p>5 – Designação de Relatores para Processos Administrativos.</p> <p>6 – Força Nacional de Saúde.</p> <p>7 – Eleição da Sociedade Civil no Conselho Nacional de Assistência Social.</p> <p>8 – Trânsito.</p> <p>9 – Diversidade sexual.</p> <p>10 – PL nº 3688/2000.</p> <p>11 - ULAPSI.</p>	<p>DIRETORIA:</p> <p>1. Humberto Cota Verona - Presidente</p> <p>2. Clara Goldman – Vice-presidenta</p> <p>3. Monalisa Barros – Tesoureira</p> <p>4. Deise Nascimento – Secretária</p> <p>CONSELHEIROS (AS):</p> <p>5. Aluizio Lopes de Brito</p> <p>6. Ângela Maria P. Caniato</p> <p>7. Ana Paula Porto Noronha</p> <p>8. Celso Francisco Tondin</p> <p>9. Flávia Cristina S. Lemos</p> <p>10. Maria Ermínia Ciliberti</p> <p>11. Marilda Castelar</p> <p>12. Tânia Suely A. Brasileiro</p> <p>13. Sandra Maria F. Amorim</p> <p>14. Márcia Mansur Saadallah</p> <p>AUSENTES:</p> <p>1. Ana Luiza de S. Castro</p> <p>2. Henrique J. L. Ferreira Rodrigues</p> <p>3. Adriana Eiko</p> <p>4. Cynthia R. C. Araújo Ciarallo</p> <p>5. Roseli Goffman</p> <p>6. Heloiza Helena M. A. Massanaro</p> <p>7. Marilene Proença R. de Souza</p>

O presidente Humberto Verona saudou a todos e abriu a 2ª reunião da 19ª Reunião Plenária iniciando pelo calendário de eventos do CFP para 2012.

EVENTOS PREVISTOS NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA 2012.

• **Calendário de eventos para 2012.** A discussão sobre o calendário de eventos para 2012, iniciada na reunião do dia anterior, foi retomada. Foi mostrado o calendário de eventos. O plenário discutiu, avaliou, propôs e acordou algumas alterações conforme apresentadas no calendário em anexo.

Humberto Verona disse que na medida em que for avançando na organização dos eventos, é possível que o calendário sofra algumas alterações. Pediu que quando houver alguma alteração que esta seja encaminhada ao NAPG para atualização do calendário. Sugeriu que os eventos já definidos até dezembro de 2012 sejam publicizados no site do CFP.

A conselheira Tânia Brasileiro pediu para incluir o prêmio monográfico dos 50 anos da Psicologia para dezembro.

Encaminhamentos:

- Colocar na lista de temas as prioridades dos Conselheiros apontadas na lista de temáticas.
- Alterações deverão ser enviadas ao NAPG, para atualização do calendário.
- Tornar público no site do CFP os eventos já definidos.
- Inserir o Prêmio Monográfico dos 50 Anos para dezembro.

• **Acompanhamento do Planejamento Estratégico no mês de fevereiro.** O presidente Humberto Verona leu o cronograma do planejamento estratégico, do mês de fevereiro, em anexo. À medida em que foi lendo, os conselheiros responsáveis foram informando o status de cada uma das ações.

Em relação a ação 3.2.1, Humberto Verona informou que a conselheira Heloiza Massanaro fez uma reunião telefônica com a SOBRAPA e acertaram a renovação do contrato. Disse que o CFP renovará o convênio com a SOBRAPA nos mesmos moldes que estava antes, para não ficar descoberto, pois desde o ano passado o convênio está vencido. Disse que esta é uma renovação de emergência e imediata e em abril terá outra reunião CFP – SOBRAPA para fazer as modificações e atualizações necessárias.

Para a ação 3.3.1, Humberto Verona disse que já foi combinado que ainda esta semana os responsáveis buscarão informações dos conselhos federais de enfermagem, medicina, fisioterapia e educação física.

Na ação 4.4.2, o presidente informou que a única medida tomada foi a mudança no provedor do grupo e que continuam os desafios de melhorar a comunicação do grupo.

Em relação à ação 5.1.1, o conselheiro Celso Tondin disse que este tema está na pauta e será discutido mais adiante.

Na ação 5.3.1, a conselheira Marilda Castelar disse que não houve avanço, já na ação 5.4.3 informou que foi realizada uma reunião com a equipe de contratação, licitada para fazer a pesquisa quantitativa. Também está sendo providenciada a parte qualitativa.

A conselheira Maria Ermínia pediu que a diretoria fizesse um quadro, apresentando mês a mês as ações que estão acontecendo por fora do planejamento estratégico.

Humberto Verona disse que a diretoria irá providenciar para o próximo mês.

Encaminhamento:

- Construir um quadro de ações que não estavam previstas no planejamento e entraram como atividades dos conselheiros.

DUAS DEMANDAS DE RESPOSTAS PÚBLICA DO CFP.

• **Apreciação de nota sobre Religião e Exercício Profissional.** Humberto Verona relatou o caso da psicóloga Marisa Lobo do CRP 08, que se diz publicamente psicóloga cristã. Por isso, foi chamada pelo CRP 08 e orientada no sentido de que nem o código de ética e nem as legislações da profissão permitem uma vinculação do exercício profissional as filiações particulares e pessoais religiosas. A psicóloga não recebeu essa orientação com tranquilidade e fez uma grande movimentação nas redes sociais questionando o CRP 08 e conseqüentemente todo o Sistema Conselhos a respeito da posição da psicologia em relação a religião e sobre o direito de expressar sua fé. A partir disso, Humberto Verona disse que o CFP está sendo questionado e solicitado a se manifestar. A diretoria entendeu que é necessária uma resposta, mas não a esta psicóloga especificamente e sim a toda categoria. A proposta é fazer uma discussão mais ampla, levar o debate público a partir de uma nota sobre a relação da psicologia com a religião. O presidente leu a nota sobre o posicionamento do CFP a respeito do assunto, em anexo, e ressaltou que é necessário finalizar e avançar na discussão.

A conselheira Sandra Amorim sugeriu citar, no segundo parágrafo do texto, o artigo da constituição Federal que fala sobre a liberdade de crença.

Questionou se o CFP pode entrar com um processo contra a psicóloga Marisa Lobo por calúnia e difamação.

Humberto Verona considerou que não se deve criar uma polarização com um profissional, mas sair do campo pessoal, não singularizar o debate e fazer uma ação que abrange toda a categoria. Disse que está disponível na lista do CFP 15 uma matéria do Toni Reis abordando esse tema e que poderia ser usada como subsídio para a nota do CFP.

A conselheira Maria Ermínia ponderou que há um crescimento da questão religiosa na sociedade e é necessário encarar essa dimensão religiosa, que faz parte do subjetivo de cada um. Não ter abordado esse tema nos últimos anos, deixa o CFP sem respostas, confundindo o que são processos de igrejas com a dimensão que cada um trabalha conforme sua abordagem. Ressaltou que o princípio é que as pessoas possam falar e se expressar livremente, entretanto a religião não é recurso de trabalho da psicologia. Se o CFP se propõe a representar a diversidade da psicologia, é necessário um esforço para lidar com a situação. Disse que há muitos congressos debatendo esse tema e todas as áreas de educação populares estão dizendo que é necessário fazer essa ponte. É preciso cuidado para não fazer como a medicina que proibiu a parteira, e assim reproduzir o mesmo comportamento que tanto critica. Considerou necessário fazer o processo e que o CFP responda, mas não misturar as coisas, separando o que é a questão da exposição pública. É necessário pensar em como fazer. Sugeriu que a nota seja feita com cuidado, levando em consideração o código de ética, mas jamais colocando a questão de que as pessoas podem se expressarem livremente, pois a liberdade de expressão é um direito garantido pela Constituição Federal e o CFP luta para que as pessoas se expressem livremente. Propôs também separar as igrejas que estão operando na sociedade da dimensão espiritual e religiosa do ser humano e da subjetividade, evitando assim cair numa armadilha. Ressaltou que é uma omissão do CFP não reconhecer essa dimensão.

A conselheira Sandra Amorim considerou necessário apontar o aspecto da exploração das instituições em relação a vulnerabilidade das pessoas e defender a preservação da dimensão subjetiva, pois a psicóloga em questão está dizendo que o CFP está atacando essa dimensão.

O conselheiro Celso Tondin falou sobre a necessidade de fazer uma resolução para esse assunto até dezembro deste ano, haja vista que a questão tomou uma dimensão muito grande. Disse que a nota deve ser melhorada e sugeriu dividir o segundo parágrafo em três. O primeiro falando do direito de expressão, o segundo, ressaltando o quanto o CFP luta pelo direito a todas as liberdades individuais e coletivas. E o terceiro, destacando que psicologia não é

religião. Ainda no segundo parágrafo, incluir que o psicólogo como qualquer cidadão pode exercer sua religiosidade. Por fim, esclarecer que o psicólogo está submetido a uma autarquia de fiscalização e orientação, e não a uma perseguição. Falou em aproveitar a nota ALGBT em apoio ao CRP-08 para esclarecer como é feita uma denúncia e para descaracterizar a perseguição.

A conselheira Tânia Brasileiro salientou que essa discussão só terá solução se for amparada pelo código de ética e que o processo não deve ser punitivo e sim orientativo. Disse também que não se pode perder de vista a relação da pessoa e do profissional na ação do exercício da psicologia. Considerou necessário verificar a correção gramatical do texto e a questão de gênero.

A conselheira Flávia Lemos sugeriu não concluir o texto neste momento, e sim fazer uma avaliação e contribuições por meio da lista de CFP 15. Concordou que a nota deve ser amparada pelo Código de Ética e que ela deve afirmar a liberdade religiosa do cidadão, mas ressaltando que o psicólogo está submetido a um código de ética elaborado pela categoria e não ao CFP. Deverá afirmar o estado laico, afirmando a garantia da liberdade religiosa, prevista na Constituição Federal. O CFP deve diferenciar não somente essa psicóloga em questão, mas outros profissionais que venham usar de qualquer tipo de crença para fazer um aparato de empresariamento. É necessário pensar que o sagrado pode ser um elemento a ser analisado pelo psicólogo, mas não pode ser imposto. É preciso cuidado para não começar a judicializar, pois muitos outros processos podem aparecer. Disse que o CFP deve buscar fazer uma nota o mais simples possível, mas fazer também um pronunciamento esclarecendo que o CFP abrirá um debate com a categoria sobre o tema. Embora esta ação não conste no planejamento estratégico, considerou interessante pela dimensão que o caso atingiu.

A conselheira Monalisa Barros considerou que é preciso cuidar para sair desse lugar que foi colocado estrategicamente pelo pessoal da religião e pela própria Marisa Lobo de a psicologia ser contra a religião. Sugeriu que o texto deve começar esclarecendo que a psicologia não é contrária a religião e que não há oposição e dar um título mais impactante para motivar as pessoas à leitura.

O conselheiro Aluizio Brito opinou no sentido que a nota deva sair ainda neste dia, pois o problema está crescendo, está indo no mesmo viés das comunidades terapêuticas e tem peso quando chega um pronunciamento no Congresso Nacional. Sugeriu que após alterações feitas pelo plenário, a nota deva ser divulgada e disseminada em todos os meios. Propôs criar um GT para

concluir a nota e reforçou que ela deve ser dirigida e fundamentada no Código de Ética.

A conselheira Maria Ermínia falou de um material que enviou por e-mail e sugeriu que o grupo que fechará a nota veja o texto. Disse que é preciso voltar para o foco e manter as alianças estratégicas com quem está chocado acreditando que o CFP perseguindo pessoas em função de convicções políticas ou religiosas. Considerou necessário dialogar com o CRP 08 para não correr o risco de ter orientação diferenciada.

O conselheiro Aluizio informou que já foi enviado ao CRP 08 um questionamento sobre o andamento do caso, mas não foi respondido. Falou em procurar a presidenta da Comissão de Orientação e Ética (COE) ou da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF).

Os conselheiros Celso Tondin, Aluizio Brito e a conselheira Flávia Lemos, juntamente com a equipe técnica do CFP foram responsáveis em concluir a nota, para que ela seja lida, aprovada e divulgada ainda neste dia.

O plenário discutiu o planejamento de um debate online e chegou-se aos seguintes encaminhamentos:

- Fazer um plano de ações sobre o tema e incluir no planejamento estratégico.
- Avaliar a possibilidade de realização de um debate online (usar a discussão sobre práticas integrativas e complementares) e de publicação de revista.
- Verificar a possibilidade de mover um processo contra a Psicóloga Marisa Lobo por calúnia e difamação ao CFP.
- Fazer alterações na nota, se possível com as contribuições do texto do Tony Reis enviado ao CFP 15.
- Aluizio, Flávia e Celso, a partir da discussão da plenária deverão finalizar a nota pública de esclarecimento para publicação.
- Citar o artigo 5º da Constituição Federal e Código de Ética.

- **Ato Médico.** O conselheiro Celso Tondin leu a síntese dos últimos acontecimentos e decisões da Frente dos Conselhos Federais da Saúde, com exceção da Nutrição e Medicina (FCPAS) sobre o Ato Médico, em anexo.

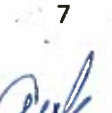
[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.]

A conselheira Monalisa Barros informou que os senadores Tião Viana, Eptácio Cafeteira e Roberto Requião se posicionaram contrários a aprovação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ao projeto de lei que define o ato médico. Sugeriu fazer articulações com estes senadores, retomar os contatos diretos, pois existe a possibilidade deste PL cair.

O conselheiro Celso Tondin informou que haverá reunião da FCPAS dia 09/03/2012 e que no site tem um novo manifesto voltado para a Comissão de Educação e Esporte, pedindo a rejeição do PL. Pediu que a ASCOM deixe bem claro no site do CFP e do "Não ao Ato Médico", que este é um novo manifesto aos senadores.

Com relação à proposta da FCPAS de fazer um dia nacional de mobilização contra o Ato Médico, Humberto Verona julgou ser uma boa ideia, com várias manifestações públicas, com eventos que chamem a atenção da população, mas não com passeata, pois o CFP não tem potencial de mobilização para isso, não expressaria a real força do movimento. Disse que é preciso pensar em uma proposta para levar para a FCPAS, ter estratégias de fazer com que cada estado organize uma Frente de luta entre todos os conselhos e outras entidades do estado, conforme os recursos de cada um. Opinou no sentido de substituir a passeata por um dia de luta contra o PL. Disse que o site do "Não ao Ato Médico" acabou ficando um site do Sistema Conselhos de Psicologia, o qual precisa ser reativado e divulgado para que todos os conselhos e outras entidades possam utilizá-lo nessa campanha. Quanto à conversa que teve com Roberto Requião, o presidente relatou que o senador manifestou disposição para arquivar o PL por falta de concordância com a exclusividade do médico no diagnóstico e que também indicou o senador Aluizio Nunes para relator, porém este não aceitou. Humberto disse que é necessário buscar os senadores e fazer articulação. Sugeriu organizar uma caravana, com representantes de todos os conselhos da Frente para fazer uma visita em todos os gabinetes dos senadores visando o convencimento contra o PL. Pediu para que essa ação conjunta e estratégica fosse pautada na reunião do dia 09/03. Humberto Verona informou que esse assunto também será pautado na reunião entre Presidentes do Sistema Conselhos de Psicologia no dia 27/02/2012.

A conselheira Maria Ermínia considerou necessário trabalhar em duas frentes. Falou sobre a mudança de panorama com a Frente dos Conselhos, onde várias categorias foram tomando outras posições e sobre a posição de cada um deles em relação ao ato médico; o Conselho de Farmácia está desmobilizado, o de Assistência Social não considera a questão uma prioridade, o Conselho de Odontologia está fora, o de Nutrição não se sente tão afetado. O Conselho de Fisioterapia que está com a coordenação da Frente



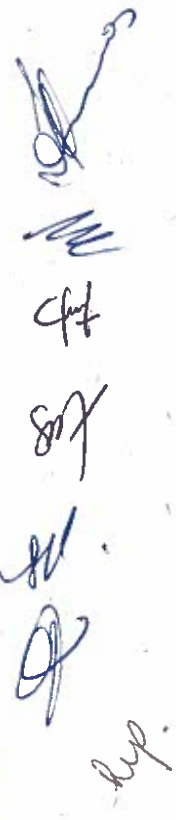
está em processo eleitoral e o de Fonoaudiologia está chateado com o CFP devido à questão da dislexia e à aprovação de um teste. Opinou no sentido de que é preciso trabalhar aglutinado, porém será inviável colocar muito foco em atividades de rua com outros conselhos, porque o panorama mudou. Lembrou que o problema grave encontrado pela psicologia refere ao artigo quarto, o qual precisa ser vetado. Disse que é preciso insistir com o poder executivo, pois o parecer existente foi feito pelo governo anterior e até o momento não se sabe o que o poder executivo do governo atual pensa a respeito do ato médico, não tem nenhum parecer redigido. Falou da necessidade de tentar marcar uma reunião entre os presidentes dos conselhos e o ministro da saúde Alexandre Padilha. Caso eles não concordem, a conselheira considerou que o CFP juntamente com outras entidades da psicologia deve buscar essa reunião. Disse que a proposta é solicitar que o presidente do Conselho Federal de Fisioterapia (COFFITO), que é quem coordena o processo atualmente, peça essa audiência com o ministro e esperar até a reunião do 09/03, se até lá a audiência não for agendada, o CFP deverá tomar as providências para tal. Falou também, que em último caso, o Sistema Conselhos de Psicologia deva negociar o artigo quarto com o Conselho Federal de Medicina (CFM) e que deve ser aprovada a criação do dossiê de médicos que são contra o Ato Médico. Para isso, é preciso ser proativo, ligar para os médicos conhecidos e entidades da medicina solicitando depoimento contra o PL.

O conselheiro Celso disse que é preciso pensar em como envolver os CRPs nessa mobilização e que os estudantes estão muito disponíveis ao movimento.

Humberto Verona esclareceu que os CRPs serão envolvidos criando Frente Estadual contra o Ato Médico, com diversas ações.

A conselheira Tânia Brasileira ponderou que a mobilização da Mostra é estratégica no contexto do Ato Médico. Sugeriu aproveitar o movimento da Mostra e dos 50 anos da Psicologia para mobilizar e fortalecer a luta contra o Ato Médico, envolvendo também o usuário do serviço de psicologia, esclarecendo sobre qual a consequência de o psicólogo não poder ter acesso a questão do Ato Médico e ganhando adesão da população.

A conselheira Maria Ermínia disse que todo psicólogo e estudante de psicologia estão mobilizados em relação ao Ato Médico. Propôs criar um plano de comunicação para o ato médico, com coletiva de imprensa com o presidente do CFP e médicos contrários ao PL e retransmitir nas diversas redes sociais. Pensar também em como incluir nas redes sociais outros materiais.



Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large signature at the top, followed by 'CFP', 'ST', 'SU', 'AP', and 'sup.'.

Humberto Verona disse para divulgar o abaixo assinado disponível no site petição pública e pediu uma cópia do manifesto para ler na reunião entre presidentes do Sistema Conselhos de Psicologia.

O ponto foi encerrado com os seguintes encaminhamentos:

- Fazer articulação com Senadores Tião Viana, Eptácio Cafeteira, Roberto Requião, que estão se manifestando contrários ao ato médico.
- Avaliar com FCPAS se é viável fazer passeata. Sugerir que haja o Dia Nacional de Mobilização contra o PL, mas não com uma passeata, pois talvez não haja adesão suficiente. Pensar outras estratégias de mobilização nos estados.
- Acom deverá deixar claro no site do CFP que o manifesto aos senadores é um novo manifesto.
- Reativar e divulgar o site "Não ao Ato Médico" criado pelo CFP e divulgar também o site "Ato Médico Não" atualizado pelo Coffito, conversar sobre isso na reunião do FCPAS.
- Dia 9/3 fazer ação conjunta com outras profissões da saúde para visitar os gabinetes dos senadores e fazer convencimento pela rejeição do PL na Comissão de Educação.
- Pautar para reunião telefônica de presidentes (27/2) para atualizar os CRPs sobre o debate e solicitar que façam articulações em seus estados.
- Se o Coffito não marcar audiência com Ministro da Saúde até o dia 9/3, CFP tentará marcar.
- O conselheiro Celso Tondin e a Diretoria ficaram responsáveis pelos encaminhamentos urgentes, para não precisar aguardar a próxima plenária.
- Criar um dossiê dos médicos (posicionamento dos diversos médicos que são contrários ao PL) para ampla divulgação, solicitar informações aos médicos conhecidos e à Associação Brasileira de Psicoterapia – ABRAP (do FENPB).
- Criar novo plano de divulgação do ato médico na mídia, nas redes sociais (Talvez vídeo do CFP e alguns médicos falando sobre o assunto).
- Pensar na divulgação vinculada à Mostra (conseqüências para a população se houver aprovação do PL ato médico).

- Divulgar abaixo assinado que já está pronto no site petição pública e informar o FCPAS.

Passar para o presidente Humberto falar na reunião de presidentes:
texto do manifesto do CFP, abaixo-assinado e solicitação de
depoimentos de médicos contrários ao ato médico.

CRENCIAMENTO E RECRENCIAMENTO DE CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO. O conselheiro Aluizio Brito apresentou os processos de solicitação de credenciamento e recredenciamento de cursos de especialização para julgamento desta plenária, informando que todos eles têm o parecer favorável da comissão de especialistas.

1. **Processo Nº 011/2011** - Recredenciamento do Núcleo formador Instituto de Terapia Por Contingências de Reforçamento - ITCR / Curso oferecido: Especialização em Psicoterapia Comportamental - Especialidade: Psicologia Clínica.
2. **Processo Nº 014/2011** - Recredenciamento do Núcleo formador Instituto de Psicologia e Controle do Stresse Marilda Emmanuel Novaes Lipp Ltda / Curso oferecido: Especialização em Terapia Cognitivo Comportamental - Especialidade: Psicologia Clínica, em São Paulo SP.
3. **Processo Nº 015/2011** - Recredenciamento no Núcleo formador Instituto de Psicologia e Controle do Stresse Marilda Emmanuel Novaes Lipp Ltda / Curso oferecido: Especialização em Terapia Cognitivo Comportamental - Especialidade: Psicologia Clínica, em Campinas SP.
4. **Processo Nº 017/2011** - Recredenciamento do Núcleo formador Familiare Instituto Sistêmico / Curso oferecido: Especialização em Terapia Relacional Sistêmica - Especialidade: Psicologia Clínica.
5. **Processo Nº 020/2011** - Recredenciamento do Núcleo formador CADE - Centro de Atividades, Desenvolvimento e Estudos Namura & Videira Ltda / Curso oferecido: Psicologia nas Organizações, Processos de Trabalho e Gestão - Especialidade: Psicologia Organizacional e do Trabalho.
6. **Processo Nº 022/2011** - Recredenciamento do Núcleo formador ITC - Instituto de Terapia Cognitiva Ltda. / Curso oferecido: Especialização em Terapia Cognitiva - Especialidade: Psicologia Clínica.

Os processos foram votados em bloco e todos os pareceres apresentados foram aprovados por unanimidade.

DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS ÉTICOS. O conselheiro Aluizio Brito informou que para a plenária de abril tem três processos éticos a serem distribuídos, mais o processo, cuja relatoria está com a conselheira Adriana Eiko que não esteve presente no julgamento em fevereiro e, portanto adiado para abril. Foram definidos os seguintes relatores:

1. **Processo 3342/11** – conselheira Adriana Eiko.
2. **Processo 2166/11** – CRP 03: foi indicada a conselheira Roseli Goffman, que deverá confirmar.
3. **Processo 3669/11** – CRP 12: conselheira Marilda Castelar.
4. **Processo 3510/11** – CRP 06: conselheiro Aluizio Brito.

DESIGNAÇÃO DE RELATOR PARA PROCESSOS ADMINISTRATIVOS. O conselheiro Aluizio Brito informou que tem quatro processos administrativos que precisam ser julgados em abril. Listou os conselheiros que já foram relatores de processos administrativos em 2012 e pediu a manifestação dos conselheiros para produzir relatórios dos processos abaixo.

1. **Processo CFP n. 03/2012** – Solicitação de Revisão de Indeferimento de Pedido de Cancelamento de Inscrição – CRP-08– conselheira Flávia Lemos.
2. **Processo CFP n. 04/2012**- Recurso ao Indeferimento da Concessão de Título de Especialista em Psicologia do Trânsito – CRP-06 – conselheiro Celso Tondin.
3. **Processo CFP n. 05/2012** - Recurso ao Indeferimento da Concessão de Título de Especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho – CRP-01- conselheira Sandra Amorim.
4. **Processo CFP n. 06/2012** - Recurso ao Indeferimento da Concessão de Título de Especialista em Psicologia do Trânsito – CRP-09 – conselheira Deise Nascimento.

FORÇA NACIONAL DE SAÚDE. A conselheira Monalisa Barros informou que circulou pela lista do CFP 15 a questão se o CFP iria apoiar a Força Nacional de Saúde e houve algumas respostas questionando o trabalho voluntário. Explicou que a Força Nacional de Saúde não é trabalho voluntário, é

um cadastro de servidores do SUS que se disponibilizam a ser convocados, pelo Ministério da Saúde, em casos de emergência no país. Estes profissionais recebem capacitação, continuam recebendo salário como funcionários do SUS, não recebem faltas e ainda recebem diárias. Ponderou que não há impeditivos de o CFP não somente apoiar, como também divulgar aos psicólogos do SUS que possam se inscrever junto à Força.

A conselheira Clara Goldman considerou que o profissional do SUS requisitado precisa estar bem preparado para atuar em situação de emergência, independente de ser requisitado pela Força Nacional, evitando assim, reproduzir a lógica da resposta imediata que a política da defesa civil pede. Disse ainda que é fundamental que o processo de capacitação seja multiprofissional e interdisciplinar, pois quando o SUS é demandado para atuar em situações de emergência e desastre não é na perspectiva da saúde mental e sim na perspectiva da epidemiologia. Informou que o CFP encaminhou um ofício ao Ministro da Saúde Alexandre Padilha dizendo que o CFP está se oferecendo para compor o grupo que irá capacitar esses profissionais. Demonstrou preocupação de o CFP chancelar uma proposta que tem na sua vertente a lógica da resposta e não de um trabalho estruturado de enfrentamento da vulnerabilidade dos afetados.

A conselheira Maria Ermínia se manifestou dizendo que faltou diálogo, pois embora seja do Conselho Nacional de Saúde, não teve conhecimento do ofício ao Ministro da Saúde e avaliou que a psicologia está perdendo espaços dentro das políticas públicas na área da saúde. Considerou que esta é uma questão que precisa colocar que é papel do psicólogo e sobre a possibilidade de concretizar uma política que seja inclusiva para os psicólogos dos CAPS da região afetada. Disse que o CFP não tem uma política colocada na defesa civil, também não tem uma discussão nacionalmente priorizada, mas há questionamentos do psicólogo querendo saber qual espaço ocupar. Considerou necessário ter uma resolução que trata do voluntariado. Disse que precisa discutir todas as informações a respeito da política da qual está inserida. Falou também que o CFP deve primeiro entrar nos programas, incluindo a Força Nacional de Saúde e depois corrigir o que for necessário, pois se esperar para primeiro fazer um mundo ideal, acabará ficando de fora.

A conselheira Clara considerou indiscutível que a solicitação de participação de um processo como esse, seja uma regra. Aonde existir a possibilidade de o CFP contribuir com determinados dispositivos de enfrentamento à realidades e à vulnerabilidade, ele deve pedir para participar. Disse que o plenário precisa se relacionar melhor e que neste momento existe uma pauta que precisa de decisão. Ressaltou que em nenhum momento o ofício enviado ao Ministro Alexandre Padilha criou um condicionante a chancela do CFP do ponto de vista da divulgação, apenas foi antecipado o pedido de participação.

O presidente Humberto propôs decidir nesta plenária sobre a Força Nacional de Saúde e pautar a questão do voluntariado em outro momento. Acatou as críticas feitas pela conselheira Maria Ermínia, concordando que o CFP perdeu espaços estratégicos importantes e que é preciso um maior cuidado nas ações mais estratégicas para a profissão. Sugeriu recolher tudo o que já foi produzido e decidir como dar visibilidade e força para a questão. Solicitou que todos os conselheiros entendam o que é a Força Nacional de Saúde. Ressaltou que a psicologia tem uma história e uma contribuição nas emergências e desastres e que dentro do campo da saúde mental e da subjetividade tem experiência suficiente para se colocar a disposição para capacitar os profissionais que atuarão. Disse que é preciso continuar articulando com o Ministério da Saúde, dialogando com o ministro, com o Helvécio e com todas as autoridades a respeito da participação da psicologia nos cursos de capacitação.

Humberto leu a resposta do Ministério da Saúde ao ofício encaminhado pelo CFP e considerou que foi uma resposta de reconhecimento, a qual abriu portas e o CFP precisa ocupar esse espaço. O presidente ponderou que é preciso dar uma ampla divulgação à questão e sugeriu fazer um ofício aos CRPs, informando sobre a iniciativa e importância da Frente e que o CFP solicitou participação, bem como reforçar esses informes na reunião entre presidentes no dia 27 de fevereiro.

A conselheira Márcia Mansur reforçou a necessidade de discutir o Sistema Nacional de Voluntariado, pois haverá o Seminário Perspectivas para o Sistema Nacional de Voluntariado de 21 a 23 de março de 2012, organizado pela Secretaria de Direitos Humanos e Ministério das Relações Exteriores, no qual será feito o Cadastro Nacional de Voluntários e o CFP precisará manifestar uma posição.

A conselheira Maria Ermínia falou na possibilidade de discutir na plenária de março uma resolução que trata do voluntariado, deixando claro no texto o papel do voluntário e também que o CFP apóia o voluntariado, ao contrário do CFESS que não aceita de maneira nenhuma.

Após discussão o plenário acordou os seguintes encaminhamentos:

- Continuar insistindo com o Ministério da Saúde (Helvécio) a favor da capacitação.
- Dar ampla divulgação aos CRPs sobre a iniciativa da Frente e informar que o CFP solicita participar desse processo.
- Dar informe na reunião entre presidentes do dia 27/2/2012.

- Pautar para próxima plenária o tema Sistema Nacional de Voluntariado e preparar uma posição para o seminário que acontecerá de 21 a 23 de março de 2012.

ELEIÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS). A conselheira Márcia Mansur informou que em maio haverá eleição da sociedade civil no CNAS. Disse que o Tribunal de Contas da União (TCU) fez um acórdão dizendo que a eleição da sociedade civil no CNAS recairá sobre a pessoa física e não mais sob a entidade. Considerou uma discussão complicada e informou que a consultoria jurídica (CONJUR) do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) já fez um parecer desfavorável a esse acórdão e a ministra do MDS já interpôs um pedido de reexame, o qual foi negado pelo TCU. Falou na possibilidade de o assessor jurídico do CFP analisar o acórdão do TCU e o parecer da CONJUR e ajudar a pensar em alternativas de encaminhamentos. Como recairá sob a pessoa física, o CNAS está soltando uma resolução que diz como garantir que a pessoa física realmente tenha uma representatividade e solicitando que seja pessoa do quadro de estatutário da instituição, entendendo que deverá ser pessoas da diretoria para compor o Conselho. A conselheira considerou uma questão preocupante, um retrocesso e teme que outros conselhos adotem o mesmo critério, ferindo assim, todo o espírito do controle social da sociedade civil, da representatividade que atualmente é feita por entidades e não por pessoas, indo contra toda a luta em prol de as entidades terem representatividade. Disse que essa discussão continuará no CNAS, inclusive discutindo a possibilidade de as entidades da sociedade civil entrarem com recurso após a instalação do processo eleitoral, caso esse critério seja levado a cabo. Ressaltou que é preciso apresentar a posição do CFP e que haverá reunião do CNAS, no domingo, dia 04 de março.

O presidente Humberto Verona leu trechos do acórdão TCU 2.809/2009 e 1.002/2011, em anexo.

A conselheira Maria Ermínia ponderou que o panorama é se o governo concorda ou não com esse acórdão. Sugeriu consultar o Secretário de Participação Social, Pedro Pontual e pedir um posicionamento. Considerou que talvez o TCU tenha feito um parecer do ponto de vista do rigor financeiro dessa questão ou porque de fato o governo resolveu interferir nos conselhos por outras questões.

Humberto Verona entendeu que a posição do CFP é de defender o que é a prática atualmente. Propôs articular com outras entidades da sociedade civil, criar um bloco de defesa das eleições por entidades e não por pessoas físicas e fazer um questionamento sobre a necessidade de mudar a legislação. Propôs também estudar e entender bem a situação, envolver o assessor

jurídico e a coordenação geral do CFP, fazer ação com o governo e conhecer o posicionamento dele, fazer alianças por meio do Pedro Pontual e outras entidades parceiras da sociedade civil que tenham a mesma posição do CFP para criar estratégias.

A conselheira Márcia Mansur comentou que tanto o CFP quanto as outras entidades da sociedade civil estão defendendo a mesma posição. Considerou que esta questão poderá ser problemática em todas as instâncias. Expôs sobre sua dificuldade de participar do CNAS e que é preciso de outra pessoa para compartilhar a representação. Pensou em alguns nomes como o de Solange Leite, psicóloga do Paraná, mas antes é preciso decidir a respeito da eleição. Solicitou um conselheiro da diretoria para ajudar nos encaminhamentos junto ao jurídico, lembrando que devem ser feitos ainda nesta semana.

A conselheira Flávia Lemos expressou uma preocupação no sentido de colocar pessoas externas a esta plenária e com isso, produzir outras dificuldades. É necessário pensar se convida alguém de fora ou da própria plenária.

Humberto Verona esclareceu que a vinda de reforços para este plenário tem sido necessário em algumas áreas da psicologia, nas quais o CFP encontra dificuldade para cuidar. Reforçou que a Márcia Mansur continua sendo a conselheira de referência do CFP no CNAS e a pessoa externa, mas que tenha uma inserção e interesse pelo tema poderá ajudar.

Após discussão e esclarecimentos o plenário chegou aos seguintes encaminhamentos:

- Deise será a conselheira da diretoria responsável em ajudar a Márcia nos encaminhamentos. Encaminhar o tema para o jurídico do CFP. Solicitar posicionamento do Secretário de Articulação Social da Presidência da República, Pedro Pontual.
- Conversar com outras entidades da sociedade civil para pensar estratégias em defesa das representações das entidades e não de pessoas físicas (talvez questionar juridicamente em bloco).
- Encaminhar o tema para a assessoria jurídica do CFP para que esta produza um parecer sobre o acórdão do TCU e o parecer da Conjur e ajudar a pensar em alternativas.

TRÂNSITO. O presidente Humberto Verona fez uma rápida contextualização a respeito do tema. Disse que há algumas questões relacionadas ao trânsito que vem desde o ano passado demandando atenção e cuidado, principalmente por dois aspectos: avaliação psicológica para obtenção de carteira nacional de habilitação (CNH) e o título de especialista, como uma

obrigatoriedade, conforme está na resolução do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e que tem trazido alguns problemas, inclusive na relação do CFP com os CRPs. Tomando tais questões como analisador, a diretoria realizou uma reunião telefônica com o conselheiro Aluizio Brito, a conselheira Roseli Goffman e Andréa Nascimento na qual, houve o entendimento de que o Trânsito está pedindo um cuidado especial, pois é uma área de atuação do psicólogo, é uma área de tradição, que tem um conjunto significativo de profissionais trabalhando e que tem algumas demandas, as quais o CFP precisa dar uma atenção especial. Combinou-se fazer, embora não esteja no planejamento estratégico do CFP, ações para a área do trânsito em 2012. A proposta é trazer o assunto nesta plenária para compartilhar com todos, ressaltando a necessidade de incluir essa temática no planejamento estratégico e em 2012 já realizar ações para esta área.

O conselheiro Aluizio Brito informou que já existe outra versão para o PL 7483/2010, e que é necessário discuti-lo também. Esclareceu que o PL que trata de exame físico e mental de condutores tem nova redação em uma comissão que já está tramitando. Foi compreendido por todos na reunião telefônica, que não é interessante fazer uma discussão sobre o trânsito focando em pontos tão específicos, porque esta é uma área de muitos problemas, muito mais complexa, que demanda uma discussão muito maior do que apenas debater o título de especialista e o PMK. Ressaltou que o problema relacionado ao PMK é o uso exclusivo de testes como instrumento de avaliação para o trânsito, não tendo outra alternativa e a dificuldade em relação ao título de especialista é de as pessoas não aceitarem a necessidade de atualização e de uma formação permanente. Lembrou que tem um GT da APAF para discutir as questões do trânsito, dentre elas a questão do título de especialista. Disse que na reunião telefônica acordou-se os seguintes encaminhamentos: Marcar uma reunião do GT para o dia 29/02, na 4ª feira. Apresentar a proposta de disseminar uma discussão sobre o trânsito em todos os conselhos regionais, entendendo como uma questão ampla, de mobilidade, de ampliação dos instrumentos, com a visão de avaliar além dos testes e com todo o conjunto de instrumentos disponíveis para esta questão. Discutir o trânsito como uma política de saúde, de educação e não como uma questão legalista que falta norma ou lei. Discutir a realização de seminários e atividades regionais, bancados pelos próprios CRPs, sem envolver a conta divulgação, culminando em atividade nacional, na qual o CFP ajudará a trazer os convidados. Comentou que esses encaminhamentos serão apresentados na reunião entre presidentes no dia 27/02/2012. Informou que o Fabián Rueda está confirmado na câmara temática do CONTRAN no dia 15/03/2012 e que na reunião telefônica percebeu-se também a necessidade da presença da Andréa Nascimento como suplente na referida câmara temática. Disse que será feita uma reunião interna com Fabián Rueda, Andréa Nascimento para que o grupo

16

possa afinar o discurso, já que será ponto de pauta na câmara temática a questão da definição do título de especialista. Ressaltou que todos esses encaminhamentos deverão acontecer rapidamente para que a proposta seja apresentada e apreciada na APAF de maio de 2012.

A conselheira Maria Ermínia comentou que durante anos tentou-se juntar a saúde do trabalhador com a organização do trabalho, duas questões que vem de origem diferente e objetos diferentes e só se criou problemas. Embora concorde com a necessidade de ampliar a discussão, expressou preocupação em carregar a pauta e com isso criar problemas ao invés de ajudar na solução. Disse que é preciso pensar na construção dessa discussão, pois as APAFs estão tensionadas e dentro da saúde o trânsito é um debate muito novo. Do ponto de vista da avaliação da saúde, a luta é por uma avaliação mais permanente e mesmo o que parece óbvio, pode ser polêmico. Opinou a favor do concurso público, ter peritos qualificados com função de Estado.

Humberto Verona concordou que não deve abrir muito o foco neste momento. Disse que a avaliação psicológica, o título de especialista e talvez a educação para o trânsito, que são assuntos que interessam diretamente aos profissionais que atuam na área, poderiam ser foco da discussão. Inclui a discussão sobre as 10 avaliações, que tem sido um assunto muito questionado e a própria discussão surgida a partir da questão do PMK que precisa ser trabalhada e esclarecida a categoria que existem vários instrumentos e que o psicólogo possui autonomia para organizar um processo de avaliação. É preciso um debate organizado sobre essas questões com a categoria. Informou que foi decidido na reunião telefônica, que o CFP manterá a posição que vem defendendo publicamente; de estender o prazo até 2015, para que todos os psicólogos, geral e irrestrito, obtenham o título de especialista. O presidente disse que foi pensado em um seminário itinerante, com a sugestão do nome de "Psicologia do Trânsito em Trânsito pelo Brasil" que percorrerá todos os CRPs durante este ano, levando o debate focado principalmente nesses três pontos: avaliação psicológica, título de especialista e educação para o trânsito.

A conselheira Maria Ermínia ponderou que a discussão sobre a avaliação psicológica e o título de especialista são questões já definidas e o CFP já tem condições de defender uma posição aonde precisar, porém é necessário avaliar a questão da educação para o trânsito, porque este tema tem vários desenhos em disputa nacionalmente e é um sistema a ser implantado, necessitando de muitas definições.

Humberto Verona sugeriu pautar a questão sobre educação para o trânsito para a plenária de março e pedir a conselheira Roseli Goffman que prepare diversos posicionamentos sobre o assunto e encaminhe material de

[Handwritten signatures and initials on the right margin, including 'CFP', 'SMF', and 'RGP']

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including 'a', 'UPP', 'OK', 'JAN', '17', and 'RGP']

subsídio aos conselheiros. Ressaltou que é uma questão urgente e precisa ser tratada por este plenário em uma discussão mais ampla.

O conselheiro Aluizio Brito propôs incluir na discussão de março o trânsito em interface com a saúde e avaliar o que o CFP terá condições de trabalhar.

A conselheira Ana Paula Noronha considerou mais fácil fazer a discussão sobre educação, pois tem lei que obriga a educação para o trânsito em todas as escolas.

Humberto Verona sugeriu apresentar na próxima plenária todas as possibilidades dentro da educação para o trânsito e a interface com a saúde e pediu ajuda à conselheira Roseli Goffman e ao conselheiro Aluizio. Comentou que esta é uma área que tem muitas interfaces e pediu a todos os conselheiros para acompanhar os debates estaduais e também do CFP, entender bem o assunto, pois em algum momento poderá ser convidado a falar sobre ele. Informou que a conselheira Roseli Goffman já foi encarregada de reunir o GT da APAF para organizar uma proposta de calendário para atividades de psicologia do trânsito pelo Brasil e apresentar na APAF de maio de 2012.

Em relação ao PL 7483/2010, o conselheiro Aluizio Brito informou que a Comissão Consultiva elaborou um parecer sobre ele, em anexo e que também há uma avaliação sobre a nova versão feita pela Andréa Nascimento com a seguinte ponderação: "É absurda a proposta, haja vista que nenhum teste psicológico no Brasil é de caráter preditivo, ou seja, não há como prever que uma pessoa que mede inferior em um teste de atenção irá ou não se envolver em um acidente de trânsito. Precisamos nos posicionar contrariamente a-isso".

A conselheira Ana Paula explicou que o PL institui a obrigatoriedade da avaliação de aptidão física e mental para diagnosticar Transtorno de Déficit de Atenção e/ou Hiperatividade (TDAH) em motociclistas. Já a nova versão tem o propósito de detectar qualquer patologia que possa ter implicação na atenção necessária para conduzir veículos automotores.

A conselheira Maria Ermínia disse que não é contra uma avaliação de tempos em tempos para motociclistas, porém, além desse PL ser ruim, há também o problema de quem custeia a avaliação e da finalidade colocada; diagnosticar TDAH.

O conselheiro Aluizio Brito informou que terá uma audiência pública para tratar sobre esse assunto e o CFP precisa de um posicionamento e se fazer presente. Disse que a última informação é que o PL já passou pela Câmara dos Deputados e no momento está no Senado, mas ainda com a indicação da



audiência pública. Essa audiência foi sugerida pelo senador Waldemir Moca do Mato grosso do Sul.

Humberto Verona disse que a primeira ação é fazer gestão junto aos organizadores da audiência pública e tentar uma participação direta com direito a voz para que o CFP se posicione contrário ao PL. Leu o parecer da Comissão Consultiva sobre o PL (em anexo) e disse que os argumentos apresentados por ela poderão subsidiar a discussão e ajudar na elaboração de um posicionamento contrário. Sugeriu usar todas as argumentações, falar de outros determinantes e indicadores, além da atenção, que mostram a causa de mortes de motociclistas no trânsito, dizer que a avaliação psicológica não se reduz a estabelecer diagnóstico de uma patologia, mas avalia um conjunto de fatores complexos que estão presentes no ato de conduzir um veículo automotor.

A conselheira Flávia Lemos sugeriu abordar os modos de organização das cidades, da mobilização, dos processos de exclusão que acontecem no trânsito e a falta de gestão.

Já a conselheira Ana Paula considerou falar também sobre a história da atenção que, na avaliação do CFP, não tem como objetivo o diagnóstico diferencial, mas uma avaliação ampla de conhecimento do indivíduo, que enfatiza outros aspectos.

A conselheira Monalisa Barros sugeriu que nas plenárias tenha um momento para tratar dos PLs importantes para a psicologia. Informou sobre um PL, que inclusive já teve audiência pública, que quer liberar o aborto à mulher sem condições psicológicas, porém para isso, é necessário um atestado médico de incapacidade psicológica. Disse que já tem questionamentos no site do CFP e que é necessário preparar uma resposta.

A conselheira Sandra Amorim disse que essa é a terceira condição para não haver a criminalização do aborto. São elas: estupro, anencefalia e o médico atestar a incapacidade psicológica para a mulher ser mãe.

Após toda a discussão o plenário consensuou os seguintes encaminhamentos:

- Organizar estratégias de ações na área do trânsito para incluir no planejamento estratégico de 2012, conforme combinado em reunião telefônica do dia 23/2/12.
- Discutir na plenária de março os diversos pontos levantados (título de especialista, avaliação psicológica, responsabilidades do Estado, interface com educação pública x privada, talvez interface com saúde, etc.).

- Fazer gestão com os organizadores da audiência pública para participação do CFP na mesa (com fala).
- O CFP deverá se posicionar contrário ao PL, esclarecendo que a avaliação psicológica não é reducionista, avalia um conjunto de fatores complexos.
- Em todas as plenárias ter um momento para tratar dos PLs de interesse da Psicologia que estiverem em algum momento importante.
- Fazer resposta para o PL sobre avaliação médica de "mulheres incapacitadas para a maternidade."

Humberto questionou sobre a proposta de redação elaborada pelo GT sobre religião e exercício profissional.

O conselheiro Celso Tondin disse que a conselheira Flávia elaborou uma nota com ideias novas e propôs um tempo maior para que o grupo possa apreciar as duas notas, fazer uma junção e concluir o texto até 27 ou 28 de fevereiro, com a ajuda da COTEC e depois disponibilizar na lista do CFP XV. O conselheiro sugeriu que todas as notas do CFP devem ter parágrafos curtos, com dois espaços entre um e outro para facilitar a leitura.

DIVERSIDADE SEXUAL.

• **CNCD-LGBT.** O conselheiro Celso Tondin comunicou que foi solicitado um ponto de pauta na plenária do CNCD-LGBT que acontecerá nos dias 28 e 29 de fevereiro de 2012, na sede da OAB, em Maceió-AL, com o objetivo de solicitar ao CNDC que conheça e eventualmente dê o aval para o manifesto da despatologização trans. Disse que é necessário ter uma participação efetiva do CFP nessas reuniões e expressou dificuldades, por motivos profissionais, em participar de toda a reunião, sendo possível sua presença apenas no dia 29/03. Falou sobre a necessidade de ter um suplente com maior disponibilidade, pois atualmente é a conselheira Ana Luiza Castro que também apresenta as mesmas dificuldades de participação. Pediu ajuda ao conselheiro Aluizio para que ele busque indicações no Sindicato dos Psicólogos de Alagoas para participar dessa reunião.

O conselheiro Aluizio disse que é preciso falar com a Fernanda Magano para que ela faça a articulação com o Sindicato dos Psicólogos de Alagoas.

A conselheira Marilda Castelar sugeriu convidar Sandra Sposito.

O conselheiro Celso esclareceu que pelo regimento vigente, não há problemas em ser uma pessoa de fora do CFP, porém haverá mudança regimental. Informou que o CFP solicitou uma vaga, ou pelo menos a possibilidade de ser observador na Comissão de Saúde da população LGBT do

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

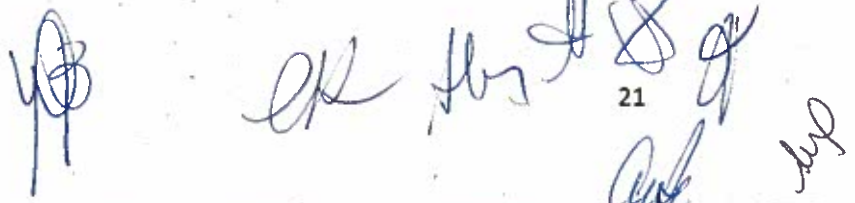
Conselho Nacional de Saúde, a qual foi aceita. Na primeira reunião, nos dias 27 e 28 de fevereiro, em Brasília, já existe a pretensão de pautar também o manifesto da despatologização trans. Informou que consultou a diretoria e esta autorizou a participação da Sandra Sposito para representar o CFP nessa reunião, porém ela só poderá participar no dia 27/02, dia em que está pautado o ponto solicitado pelo CFP. O conselheiro pediu que oficializasse uma pessoa que possa efetivamente substituí-lo na CNDC-LGBT.

Este ponto foi concluído com os seguintes encaminhamentos:

- O CFP obteve vaga na CISPLGBT/CNS como observador, mas tentará ser membro oficial e na reunião do dia 27/03 está pautada a discussão sobre o manifesto da despatologização trans. A representante nesta comissão será Sandra Sposito.
- A conselheira Deise Nascimento fará contato com Fernanda Magano para articular com o Sindicato dos Psicólogos de Alagoas, para ter um representante na reunião da SEDH - CNCD/LGBT com a sociedade no estado de Alagoas, do dia 27/2 à noite, na sede da OAB, em Maceió-AL.
- CNDC-LGBT: haverá plenária nos dias 28 e 29 de março de 2012 e o conselheiro Celso Tondin participará apenas no dia 29/03.
- **Apoio a III Marcha Nacional contra a Homofobia.** O conselheiro Celso Tondin disse que é preciso definir se este ponto será colocado no planejamento estratégico e definir como será a participação do CFP e o envolvimento dos CRPs na III Marcha Nacional contra a Homofobia. Disse que o tema da Marcha é "Juntos pela Criminalização da Homofobia e para uma Educação sem Homotransfobia", será realizada no dia 16 de maio, em Brasília, um dia antes do dia Nacional de Luta contra a Homofobia. Manifestou a ideia de fazer uma reunião telefônica com as pessoas dos CRPs que trabalham com a questão da diversidade sexual para articular a participação dos CRPs a partir dos encaminhamentos feitos nesta plenária. Questionou qual articulação o plenário espera que o conselheiro faça, em nome do CFP, para depois articular com os CRPs a participação na Marcha.

Humberto Verona concordou que é necessário participar da mobilização, ajudar na divulgação, fazer faixa dizendo que a psicologia está presente na luta contra a homofobia e fazer articulação com os CRPs para que todos participem da Marcha.

A conselheira Maria Ermínia propôs a utilização de guarda chuvas coloridos.



O conselheiro Celso Tondin questionou sobre a possibilidade de o CFP disponibilizar recursos financeiros para alguma despesa geral e não específica para a participação do Sistema Conselhos de Psicologia na Marcha.

Humberto Verona respondeu que o CFP tem três mil reais permitidos para participação em movimentos sociais e que cada CRP deverá financiar a própria vinda a Brasília. Disse que o CFP não instituirá nenhum fórum permanente para o assunto, mas mobilizará e pedirá que cada CRP indique alguém para participar de uma reunião telefônica com o conselheiro Celso Tondin, objetivando a organização na Marcha. Pediu para incluir este ponto na pauta da reunião entre presidentes.

Houve os seguintes encaminhamentos:

- Divulgar, fazer faixa informando que o CFP está presente e articular com CRPs para virem para a Marcha.
- Fazer reunião telefônica com CRPs para fazer a articulação para a Marcha.
- Há possibilidade de apoio financeiro do CFP à organização da Marcha.
- Fazer informe na reunião de presidentes na segunda.

PL 3688/2000. O conselheiro Celso Tondin lembrou que o planejamento estratégico prevê uma campanha para aprovação do PL 3688/2000, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência nas escolas públicas de educação básica. Informou que este PL está no momento, na Comissão de Seguridade Social e Família e tem um parecer favorável do deputado Arnaldo Faria de Sá de São Paulo, mas que ainda não foi pautado para votação. O grupo do CFP formado pelo próprio conselheiro e as conselheiras Marilene Proença e Tânia Brasileiro, encaminhou para todos os membros da referida Comissão um ofício, em anexo, de apoio ao parecer, bem como uma solicitação de celeridade na tramitação deste. Foi enviado também ao deputado Arnaldo Faria de Sá o abaixo-assinado, coletado em 2010, por ocasião da Conferência Nacional da Educação, para que seja anexado ao PL, considerando que ele já havia sido enviado junto ao PLC 060/2007. Disse ser necessário discutir sobre a campanha, dar um peso político a ela e que a ideia é fazer uma mobilização social dentro do Congresso Nacional. Considerou interessante fazer uma campanha articulada e propositiva entre CFP, CRPs, ABEP, ABRAPEE e CFESS pela aprovação do PL.

Humberto Verona comentou que a luta por esse PL existe há muito tempo. Historiou sobre o PL, desde o projeto original, lembrando que a ABRAPEE e o CFP tiveram uma importante participação na construção dele. Ressaltou que há grande expectativa por parte de vários psicólogos do Brasil pela aprovação

deste PL e que deverá contar com todo investimento do CFP. Propôs ao GT Educação buscar ajuda junto a coordenação do CFP, a ASCOM e colaboradores para pensar em propostas e estratégias de campanha para a mobilização, chamar a ABRAPEE para juntos construir uma nota técnica e fazer com que ela chegue a todos os espaços da psicologia, criando uma visibilidade e um debate sobre a importância da aprovação desse PL. Sugeriu retomar a "graúna" para ser mascote da campanha e levar as propostas e materiais para a reunião do FENPB, dia 22 de março e para o encontro da ABEP. O presidente disse que recebeu a informação que a presença do psicólogo foi considerada obrigatória nos Centros de Educação Tecnológica Federais. Pediu ao GT da Educação para confirmar tal informação e fazer a divulgação.

A conselheira Tânia Brasileiro propôs buscar integrar a defesa desse PL aos projetos "Todos pela Educação", "Mais Educação" e "Educação Integral". Disse que no âmbito de toda instituição de ensino superior há a exigência do serviço de orientação educativa, com equipe multiprofissional, porém muitas vezes é realizado apenas por pedagogos, sendo necessário também a divulgação desse serviço aos psicólogos.

Após discussão o plenário acordou os seguintes encaminhamentos:

- Ver possibilidade de resgatar a Graúna (Henfil) para ser mascote da Campanha.
- Buscar colaboradores para já levar uma proposta de campanha para a reunião do FENPB e encontro da ABEP.
- Integrar à defesa do PL os projetos "Todos pela Educação", "Mais Educação" e Educação Integral.
- Pesquisar para divulgar que os Centros de Educação Tecnológica (Instituto Federal – antiga escola técnica) abriram edital para contratação de psicólogos como assistentes estudantis.
- Divulgar também serviços de orientação educativa por psicólogas (o) nas IES.
- Buscar a ABRAPEE para ajudar a, escrever uma nota técnica sobre a importância da presença das(o) psicólogas(o) nas escolas.

ULAPSI. O presidente Humberto Verona informou que houve uma reunião telefônica e algumas decisões foram tomadas em relação à participação do CFP no Congresso da ULAPSI. Mostrou o programa do IV Congresso da ULAPSI, em anexo e comentou sobre as atividades propostas. No tema Emergências e Desastres, além do que consta no programa, existe também a possibilidade, caso o CFP consiga articular com a rede, de fazer o lançamento do programa de um curso de capacitação em emergências e desastres para a América Latina. A coordenação da mesa do tema das Políticas Públicas foi alterada, não sendo mais a Monalisa Barros, tendo a indicação da Ana Bock.

Também falta a confirmação do convidado Manoel Calviño. Monalisa Barros ficará com a tarefa de apresentar as experiências do CREPOP. Em relação ao tema da Avaliação psicológica, Humberto Verona considerou necessário resgatar o nome do simpósio. Disse que é preciso consultar o José Livia, convidado do Peru, sobre a possibilidade de ele ser financiado pela instituição a qual pertence, pois o Brasil está com uma delegação muito grande. Para o tema Exercício Profissional no MERCOSUL a proposta é dar visibilidade a toda a articulação do MERCOSUL, por meio de uma cartilha em português e espanhol. Informou que o CFP foi convidado pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), para uma reunião no dia 06 de março de 2012 e que o CFP irá a essa reunião para conferir a posição dos outros conselhos da área da saúde a respeito do tema e ter condições de definir com maior clareza a participação da psicologia nesse projeto. Comentou que o CFM busca uma articulação contra a iniciativa do Ministério da Saúde do Brasil com os Ministérios da Saúde de outros países do MERCOSUL. Disse ainda que a diretoria avaliou que caso o tema seja polêmico para outras profissões, além da medicina, é prudente que o CFP não leve a divulgação para a ULAPSI, mesmo que defenda o projeto. Nesse caso é preciso aguardar o avanço do consenso para somente depois fazer a divulgação e retomar a discussão após a referida reunião.

A conselheira Tânia Brasileiro comentou que desde que o Fórum foi retomado neste ano, a matriz está sendo discutida. Explicou o que é a Matriz Mínima e falou sobre a plataforma Arouca e sobre a reunião que tratou a respeito dela, a qual teve a participação do coordenador do setor de informática do CFP Elton Ramos e o conselheiro Celso Tondin. Disse que durante a reunião fez contato telefônico com o CFP e foi autorizada a apoiar a Matriz. Falou sobre a certificação e informou que a matriz foi aprovada no âmbito do MERCOSUL, a qual deverá funcionar a partir de junho deste ano. Informou que haverá outra reunião do Fórum no dia 28 ou 29 de março e sugeriu continuar a discussão sobre a cartilha a fim de viabilizar a construção dela.

Humberto Verona solicitou pautar para a próxima plenária os seguintes temas: Plataforma Arouca, reunião com CFM e a cartilha para ULAPSI. Ressaltou que o CFP é a favor de abrir as fronteiras. Informou que encaminhou via lista CFP 15 a ata da última reunião telefônica, contendo os encaminhamentos, das Entidades do Brasil na ULAPSI e que reenviará, já que nem todos os conselheiros receberam. Falou sobre os encaminhamentos acordados nessa reunião e sobre a delegação do CFP que irá para a ULAPSI; os quatro membros da diretoria e todos os coordenadores e convidados que comporão as mesas, dois mexicanos que receberão uma homenagem e a BVS - PSI, totalizando 25 pessoas custeadas pelo CFP. Haverá também um estande com funcionários do CFP. O CFP apoiará também um representante do FENPB para participar da assembleia e um representante da ABRAPEE.

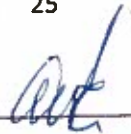
24

O ponto foi concluído com os seguintes encaminhamentos:

- Pautar para a próxima plenária a plataforma Arouca, a reunião com o CFM e a cartilha para a ULAPSI.
- Na reunião do dia 06/03/2012 com o CFM, o CFP irá para ouvir, se apropriar da proposta do CFM e analisar sua viabilidade.
- Continuar a cartilha aprovada em plenária telefônica. Verificar após reunião do CFM se o CFP publicará para a ULAPSI ou se fará outro uso dessa cartilha.
- Delegação do CFP para a ULAPSI: quatro diretores, coordenadores de mesa, convidados das mesas, dois mexicanos que receberão um prêmio, BVS-PSI (aproximadamente 25 pessoas).
- Haverá estande com funcionários do CFP.

O presidente Humberto Verona encerrou a reunião às 17h10. Nada mais havendo a tratar, eu, Conselheira Secretária Deise Maria do Nascimento, lavrei a presente ata, a qual foi lida e assinada por todos os presentes acima nomeados referenciados.

- Humberto Verona do Ponto*
1. Humberto Cota Verona _____
 2. Clara Goldman Ribemboim _____ *Clara G. Ribemboim*
 3. Monalisa Nascimento dos Santos Barros _____ *Monalisa Barros*
 4. Deise Maria do Nascimento _____ *Deise Maria do Nascimento*
 5. Aluizio Lopes de Brito _____ *Aluizio*
 6. Ângela Maria Pires Caniato _____ *Ângela Caniato*
 7. Ana Paula Porto Noronha _____ *Ana Paula Porto Noronha*
 8. Celso Francisco Tondin _____ *Celso Tondin*
 9. Flávia Cristina Silveira Lemos _____ *Flávia Lemos*
 10. Maria Ermínia Ciliberti _____ *Maria Ermínia Ciliberti*
 11. Marilda Castelar _____ *Marilda*
 12. Tânia Suely A. Brasileiro _____
 13. Márcia Mansur Saadallah _____ *Márcia Saadallah*
 14. Sandra Maria Francisco de Amorim _____ *Sandra Francisco de Amorim*



Memorando n.º 097/12 NAOC-CFP

Em 29 de fevereiro de 2012.

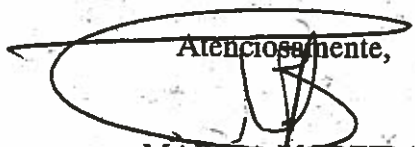
Ao Sr. Supervisor do Setor de Apoio Administrativo

Assunto: Arquivamento de material

1. Solicitamos o arquivamento dos materiais abaixo relacionados, referentes às:

- 03 DVDs da 15ª plenária nos dias 02 e 03 de dezembro de 2011;
- 02 DVDs da 17ª plenária no dia 26 de janeiro de 2012.
- 04 DVDs da 19ª plenária nos dias 24 e 25 de fevereiro de 2012.

Atenciosamente,



MARIZA MOREIRA
Coordenadora - NAOC

NAOC/AMTSM

29/02/12
